

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	2022
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	3,92%	3,58%	4,07%	3,97%	3,83%	3,72%
VARIAÇÃO DO PIB	0,53%	2,43%	3,01%	2,56%	2,62%	2,58%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	1,65%	17,04%	9,34%	9,34%	11,91%	10,20%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	3,65%	4,76%	14,46%	7,63%	8,95%	10,35%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	4,87%	8,08%	-4,58%	2,79%	2,10%	0,10%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	-4,45%	-0,26%	6,04%	0,44%	2,07%	2,85%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-4,45%	10,71%	-1,68%	1,53%	3,52%	1,12%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	3,61%	1,16%	0,39%	0,00%	3,00%	3,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	3,61%	1,16%	0,39%	0,00%	3,00%	3,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-13,07%	-6,68%	199,99%	60,08%	84,47%	114,85%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	10,18%	6,50%	7,31%	7,02%	7,62%	7,69%
Taxa de Câmbio	3,29	3,46	3,43	3,77	3,79	3,85

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA 2016	ARRECADADA 2017	ARRECADADA 2018	REESTIMADO 2019	PROJETADO 2020	PROJETADO 2021	PROJETADO 2022
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	14.323.739,17	14.371.850,80	15.028.297,75	16.569.300,00	17.359.717,56	18.481.470,92	19.651.790,25
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	464.086,02	507.322,04	578.801,92	593.300,00	644.674,64	683.410,71	709.574,06
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	136.111,83	202.036,10	235.711,67	182.800,00	238.910,44	253.265,66	262.961,56
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	2.502,43	1.582,42	2.088,27	3.000,00	2.545,60	2.698,56	2.801,87
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Demais Impostos	226.912,02	237.570,60	318.435,21	322.000,00	336.463,79	356.680,63	370.335,62
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	11.206,99	11.337,26	11.958,28	27.500,00	19.311,57	20.471,93	21.255,67
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	87.352,75	54.795,66	10.608,49	58.000,00	47.443,24	50.293,92	52.219,35
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	297.227,22	297.227,22	333.329,50	344.000,00	397.992,95	476.311,64	560.737,55
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais	297.227,22	297.227,22	333.329,50	344.000,00	397.992,95	476.311,64	560.737,55
1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	297.227,22	297.227,22	333.329,50	344.000,00	397.992,95	476.311,64	560.737,55
1.2.1.0.06.0.0.00.00.00	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.99.0.0.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.8.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	1.942.190,14	1.942.190,14	1.513.111,74	1.719.000,00	1.988.928,52	2.119.210,22	2.254.754,40
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	1.935.602,02	1.935.602,02	1.502.839,32	1.703.500,00	1.976.635,97	2.106.112,46	2.240.818,91
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	54.149,11	54.149,11	18.494,74	48.500,00	46.587,01	49.638,62	52.813,50
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	37.763,45	37.763,45	16.673,52	55.000,00	41.769,37	44.505,41	47.351,96
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.843.689,46	1.843.689,46	1.467.671,06	1.600.000,00	1.888.279,59	2.011.968,43	2.140.653,45
1.3.2.1.00.5.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.00.0.0.00.00.00	Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Patrimoniais	6.588,12	6.588,12	10.272,42	15.500,00	12.292,56	13.097,76	13.935,49
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	-	-	34.385,71	34.000,00	25.751,58	27.438,40	29.193,35
1.6.4.0.01.1.0.00.00.00 + 1.6.4.0.03.1.0.00.00.00	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Repasse para Programas de Desenv.Econômico	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Serviços	-	-	34.385,71	34.000,00	25.751,58	27.438,40	29.193,35
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	11.564.707,63	11.564.707,63	12.516.397,86	13.865.000,00	14.254.342,38	15.125.233,01	16.045.808,89
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	8.544.292,32	8.544.292,32	9.035.867,51	10.221.000,00	10.421.835,62	11.029.047,29	11.742.111,07
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	7.281.350,41	7.281.350,41	7.413.358,43	8.850.000,00	8.827.221,96	9.355.398,13	9.980.062,34
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro	302.359,39	302.359,39	329.256,07	350.000,00	368.248,80	390.282,94	416.342,31

1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	214.877,48	214.877,48	321.239,56	350.000,00	331.127,25	350.940,22	374.372,66
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	3.324,36	3.324,36	4.440,93	7.000,00	5.498,63	5.827,64	6.216,75
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	61.102,78	61.102,78	123.309,59	120.000,00	113.569,90	120.365,35	128.402,20
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	433.445,14	433.445,14	597.431,34	349.000,00	517.341,03	537.155,19	557.137,37
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	97.847,68	97.847,68	72.681,84	74.000,00	91.829,75	95.346,83	98.893,73
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	111.669,16	111.669,16	161.103,43	106.000,00	141.770,03	147.199,83	152.675,66
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	13.600,48	13.600,48	13.046,32	15.000,00	15.633,02	16.568,43	17.674,71
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades FEX	24.715,44	24.715,44	-	-	9.595,24	9.962,74	10.333,35
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.490.444,26	2.490.444,26	2.906.932,76	3.064.000,00	3.200.508,55	3.426.449,62	3.589.353,87
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.018.240,42	2.018.240,42	2.264.046,78	2.400.000,00	2.533.107,78	2.722.754,83	2.855.801,68
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	177.992,67	177.992,67	243.490,54	200.000,00	235.750,45	253.400,46	265.782,82
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	25.812,69	25.812,69	34.276,80	40.000,00	37.822,92	40.654,63	42.641,20
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	11.077,04	11.077,04	12.065,17	30.000,00	19.928,02	21.419,98	22.466,66
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados			-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados			6.134,48	8.000,00	5.177,12	5.375,40	5.575,37
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	115.798,60	115.798,60	120.399,88	145.000,00	142.233,21	147.680,74	153.174,47
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	137.654,59	137.654,59	191.401,27	240.000,00	211.507,14	219.607,87	227.777,28
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	3.868,25	3.868,25	35.117,84	1.000,00	14.981,90	15.555,71	16.134,38
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			-	-	-	-	-
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas			-	10.000,00	3.606,72	3.744,86	3.884,17
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	529.971,05	529.971,05	573.597,59	570.000,00	628.391,49	665.991,24	710.459,78
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior			-	-	-	-	-
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas			-	-	-	-	-
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	55.528,16	60.403,77	52.271,02	14.000,00	48.027,49	49.866,94	51.721,99
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	13.943,80	13.943,80	-	3.000,00	6.495,40	6.744,17	6.995,05
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.060,26	7.935,87	48.670,40	5.500,00	23.247,11	24.137,47	25.035,39
1.9.2.2.01.2.0.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.00.0.0.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.060,26	7.935,87	48.670,40	5.500,00	23.247,11	24.137,47	25.035,39
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	38.524,10	38.524,10	3.600,62	5.500,00	18.284,98	18.985,30	19.691,55
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	3.231,89	3.231,89	-	-	1.254,71	1.302,77	1.351,23
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios					-	-	-
1.9.9.0.1.1.1.0.00.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.2.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	35.292,21	35.292,21	3.600,62	5.500,00	17.030,27	17.682,53	18.340,32
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	344.403,82	289.185,99	399.773,42	214.000,00	868.534,43	945.625,48	333.296,18
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	117.094,42	117.094,42	-	-	570.000,00	630.000,00	-
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	-	169.970,46	-	63.498,24	65.930,22	68.382,83
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	-	169.970,46	-	63.498,24	65.930,22	68.382,83
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	15.809,40	15.809,40	14.538,77	43.000,00	27.078,00	28.115,09	29.160,97

2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	211.500,00	156.282,17	215.264,19	171.000,00	207.958,19	221.580,17	235.752,38
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	211.500,00	100.000,00	-		39.816,71	42.424,85	45.138,33
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	56.282,17	215.264,19	171.000,00	168.141,47	179.155,32	190.614,05
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS -	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneracao de Depósitos Bancários - Principal	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	537.991,62	593.372,65	736.590,93	666.000,00	815.416,69	975.877,74	1.148.851,40
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-		
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	- 1.914.081,66	- 1.923.087,90	- 2.202.393,47	- 2.307.500,00	- 2.417.885,65	- 2.569.126,97	- 2.727.197,72
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos (digitar com sinal negativo)	(3.640,90)	(8.931,94)	(1.777,18)	(5.100,00)	- 5.970,99	- 6.199,68	- 6.430,30
9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	Deduções para o FUNDEB	(1.904.064,21)	(1.904.064,21)	(1.994.531,96)	(2.302.400,00)	(2.331.006,95)	(2.478.920,82)	(2.633.635,90)
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente (digitar com sinal negativo)	(6.376,55)	(10.091,75)	(178.084,33)		- 70.447,36	- 73.145,49	- 75.866,50
9.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)	-	-	(28.000,00)	-	- 10.460,35	- 10.860,98	- 11.265,01
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS		13.292.052,95	13.331.321,54	13.962.268,63	15.141.800,00	16.625.783,02	17.833.847,16	18.406.740,11

Município de : Ivorá

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

Valores em R\$ 1,00

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	PAGA	PAGA	PAGA	PAGA(Estim)	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.337.356,80	10.127.510,73	11.704.504,06	12.673.398,64	13.964.845,95	16.251.002,29	18.869.428,61
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.595.336,80	5.017.066,73	6.109.595,28	5.879.287,93	6.943.979,38	8.310.444,21	9.783.464,78
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	4.340.384,15	4.723.590,88	5.788.544,19	5.487.287,93	6.533.664,87	7.819.386,32	9.205.367,22
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	254.952,65	293.475,85	321.051,09	392.000,00	410.314,51	491.057,89	578.097,56
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	74.205,55	64.324,54	5.434,41	500,00	27.980,59	30.112,71	32.428,38
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executiv / Indiretas	74.205,55	64.324,54	5.434,41	500,00	27.980,59	30.112,71	32.428,38
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.667.814,45	5.046.119,46	5.589.474,37	6.793.610,71	6.992.885,97	7.910.445,37	9.053.535,44
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	4.090.404,22	4.422.223,16	4.494.872,47	5.201.610,71	5.674.123,81	6.418.644,11	7.346.163,12
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	29.534,07	28.579,59	49.716,60	142.000,00	87.051,63	98.473,96	112.703,83
3.3.00.00.00.00.00	Despesas Correntes RPPS - Intra-orçamentária	547.876,16	595.316,71	1.044.885,30	1.450.000,00	1.231.710,53	1.393.327,29	1.594.668,49
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	420.861,24	556.605,65	522.732,28	1.173.567,04	1.264.302,49	2.316.691,93	5.014.658,61
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	420.861,24	384.591,33	382.015,12	1.173.067,04	1.144.771,62	2.192.583,03	4.885.932,85
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executvi / Indiretas	413.201,24	384.591,33	367.978,12	1.103.067,04	1.095.961,01	2.099.095,97	4.677.607,12
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	7.660,00	-	14.037,00	70.000,00	48.810,61	93.487,05	208.325,73
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-

4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executvi / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	-	172.014,32	140.717,16	500,00	119.530,87	124.108,90	128.725,75
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	-	172.014,32	140.717,16	500,00	119.530,87	124.108,90	128.725,75
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				134.934,32	(474.598,82)	(2.805.980,34)	(7.734.272,24)
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				1.159.900,00	1.871.233,41	2.072.133,29	2.256.925,14
	TOTAL DAS DESPESAS PAGAS	9.758.218,04	10.684.116,38	12.227.236,34	15.141.800,00	16.625.783,02	17.833.847,16	18.406.740,11

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

Estimativas para a Receita Corrente Líquida

Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 12/2017, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	15.028.297,75	16.569.300,00	17.359.717,56	18.481.470,92	19.651.790,25
II - DEDUÇÕES	4.213.193,97	4.437.300,00	4.936.408,59	5.303.813,05	5.684.438,37
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	237.799,94	185.800,00	241.456,04	255.964,22	265.763,43
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	333.329,50	344.000,00	397.992,95	476.311,64	560.737,55
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	1.254,71	1.302,77	1.351,23
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	1.467.671,06	1.600.000,00	1.888.279,59	2.011.968,43	2.140.653,45
Deduções da Receita Corrente	2.174.393,47	2.307.500,00	2.407.425,30	2.558.265,99	2.715.932,71
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	1.420.934,37	1.732.400,00	1.702.615,47	1.812.929,58	1.923.176,12
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	12.236.038,15	13.864.400,00	14.125.924,44	14.990.587,44	15.890.528,00

Município de : Ivorá
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2019 a 2022

PODER EXECUTIVO	2020	2021	2022
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	7.627.999,20	8.094.917,22	8.580.885,12
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	7.246.599,24	7.690.171,36	8.151.840,86
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	6.865.199,28	7.285.425,50	7.722.796,61

PODER LEGISLATIVO	2020	2021	2022
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	847.555,47	899.435,25	953.431,68
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	805.177,69	854.463,48	905.760,10
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	762.799,92	809.491,72	858.088,51

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020
TABELA 03 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	137.128,76	-	-	45.709,59	15.236,53	20.315,37
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	137.128,76	-	-	45.709,59	15.236,53	20.315,37
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	1.115.086,54	1.623.749,20	1.623.749,20	1.454.194,98	1.567.231,13	1.548.391,77
Disponibilidade da Caixa Bruta	1.115.086,54	1.750.799,20	1.750.799,20	1.538.894,98	1.680.164,46	1.656.619,55
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	(127.050,00)	(127.050,00)	(84.700,00)	(112.933,33)	(108.227,78)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(977.957,78)	(1.623.749,20)	(1.623.749,20)	(1.408.485,39)	(1.551.994,60)	(1.528.076,40)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	117.094,42	-	-	570.000,00	630.000,00	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	64.324,54	5.434,41	500,00	27.980,59	30.112,71	32.428,38
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	172.014,32	140.717,16	500,00	119.530,87	124.108,90	128.725,75

Fonte: Sistema de Contabilidade, EVANDRO LUIZ BERTOLDO MORO CRC/RS 076705 - 19/09/2018

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

TABELA 02 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes	12.448.762,90	12.853.904,28	14.261.800,00	14.952.292,26	15.923.204,93	16.935.857,54
(-) Aplicações Financeiras em Geral	91.912,56	35.168,26	103.500,00	88.356,38	94.144,03	100.165,46
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	1.843.689,46	1.467.671,06	1.600.000,00	1.888.279,59	2.011.968,43	2.140.653,45
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	10.513.160,88	11.351.064,96	12.558.300,00	12.975.656,29	13.817.092,46	14.695.038,63
Receitas de Capital	289.185,99	371.773,42	214.000,00	858.074,08	934.764,50	322.031,17
(-) Operações de Crédito	117.094,42	-	-	570.000,00	630.000,00	-
(-) Amortização de Empréstimos	15.809,40	14.538,77	43.000,00	27.078,00	28.115,09	29.160,97
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	156.282,17	357.234,65	171.000,00	260.996,08	276.649,41	292.870,20
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	10.669.443,05	11.708.299,61	12.729.300,00	13.236.652,37	14.093.741,87	14.987.908,83

DESPESAS PRIMÁRIAS	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022
	Pagamento	Pagamento	Pagto Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
Despesas Correntes	10.127.510,73	11.704.504,06	12.673.398,64	13.964.845,95	16.251.002,29	18.869.428,61
(-) Juros e Encargos da Dívida	64.324,54	5.434,41	500,00	27.980,59	30.112,71	32.428,38
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	10.063.186,19	11.699.069,65	12.672.898,64	13.936.865,35	16.220.889,58	18.837.000,23
Despesas de Capital	556.605,65	522.732,28	1.173.567,04	1.264.302,49	2.316.691,93	5.014.658,61
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado						
(-) Aquisição de Títulos de Crédito						
(-) Amortização da Dívida	172.014,32	140.717,16	500,00	119.530,87	124.108,90	128.725,75
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	384.591,33	382.015,12	1.173.067,04	1.144.771,62	2.192.583,03	4.885.932,85
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (VI = IV + V)	10.447.777,52	12.081.084,77	13.845.965,68	15.081.636,98	18.413.472,60	23.722.933,08

RESULTADO PRIMÁRIO - ACIMA DA LINHA (VII = III - VI)	221.665,53	- 372.785,16	- 1.116.665,68	- 1.844.984,61	- 4.319.730,73	- 8.735.024,25
---	-------------------	---------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

IIJROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022
---	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss -Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	0	0	0	0	0	0

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	-	-	-	-	-	-

3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	0	0	0	0	0	0

RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX))	221.665,53	-	372.785,16	-	1.116.665,68	-	1.844.984,61	-	4.319.730,73	-	8.735.024,25
--	-------------------	----------	-------------------	----------	---------------------	----------	---------------------	----------	---------------------	----------	---------------------

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / x 100	% RCL (a /RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / x 100	% RCL (B /RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	PIB (b) 100	% RCL (b /RCL) x 100
Receita Total	15.810.366,34	15.206.661,86		111,92%	16.857.969,43	15.616.164,09		112,46%	17.257.888,71	15.413.251,26		108,60%
Receitas Primárias (I)	13.236.652,37	12.731.222,82		93,70%	14.093.741,87	13.055.557,30		94,02%	14.987.908,83	13.385.901,86		94,32%
Despesa Total	15.229.148,44	14.647.637,24		107,81%	18.567.694,22	17.199.945,76		123,86%	23.884.087,21	21.331.197,77		150,30%
Despesas Primárias (II)	15.081.636,98	14.505.758,37		106,77%	18.413.472,60	17.057.084,54		122,83%	23.722.933,08	21.187.268,86		149,29%
Resultado Primário (I – II)	- 1.844.984,61	- 1.774.535,55		-13,06%	- 4.319.730,73	- 4.001.527,24		-28,82%	- 8.735.024,25	- 7.801.367,00		-54,97%
Resultado Nominal	- 1.844.984,61	- 1.774.535,55		-13,06%	- 4.319.730,73	- 4.001.527,24		-28,82%	- 8.735.024,25	- 7.801.367,00		-54,97%
Dívida Pública Consolidada	45.709,59	43.964,21		0,32%	15.236,53	14.114,16		0,10%	20.315,37	18.143,93		0,13%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.408.485,39	- 1.354.703,66		-9,97%	- 1.551.994,60	- 1.437.670,32		-10,35%	- 1.528.076,40	- 1.364.745,47		-9,62%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%

Fonte: Sistema de Contabilidade - EVANDRO LUIZ BERTOLDO MORO CRC/RS 076705

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comperação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL – corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 – Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2016, 2017 e 2018) e os valores reestimados para o exercício atual (2019), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 – Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 – Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 3,01 %, 2,56% e 2,62% e das taxas de inflação (IPCA), de 4,07%, 3,97% e 3,83%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 30/08/2019.
- 5 – Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 – Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 495/2017 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2019. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 – Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO (2019), os números mais representativos no contexto das projeções:

7.1 - A receita total estimada para o exercício de 2020, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 16.625.783,02 a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 1.976.635,97), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 570.000,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 27.078,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 14.052.069,05

7.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 16.625.783,02. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 27.980,59 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 0,00, tem-se que as despesas primárias para 2019 foram previstas em R\$ 16.597.802,43.

7.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2020 que foi inicialmente prevista em R\$ - 1.844.984,61 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO. O detalhamento do cálculo do Resultado Primário e nominal pelo Critério **ACIMA DA LINHA** é evidenciado na **Tabela 02**.

8 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 03**.

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total RPPS	3.102.943,94	2.984.460,84	Preenchimento Opcional Cfe 8ª Edição do MDF	3.465.460,58	3.210.185,03	Preenchimento Opcional Cfe 8ª Edição do MDF	3.851.593,64	3.439.909,80	Preenchimento Opcional Cfe 8ª Edição do MDF
Receitas Primárias RPPS (I)	1.214.664,35	1.168.283,49		1.453.492,14	1.346.423,83		1.710.940,18	1.528.063,56	
Despesa Total RPPS	3.102.943,94	2.984.460,84		3.465.460,58	3.210.185,03		3.851.593,64	3.439.909,80	
Despesas Primárias RPPS (II)	3.102.943,94	2.984.460,84		3.465.460,58	3.210.185,03		3.851.593,64	3.439.909,80	
Resultado Primário RPPS (I –									

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	14.843.027,00	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 8ª edição do MDF	121,31%	13.962.268,63	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 8ª edição do MDF	114,11%	- 880.758,37	-5,93%
Receita Primárias (I)	11.760.627,00		96,11%	12.274.920,08		100,32%	514.293,08	4,37%
Despesa Total	12.075.127,00		98,68%	12.227.236,34		99,93%	152.109,34	1,26%
Despesa Primárias (II)	13.697.034,23		111,94%	12.081.084,77		98,73%	- 1.615.949,46	-11,80%
Resultado Primário (I-II)	- 1.936.407,23		-15,83%	193.835,31		1,58%	2.130.242,54	-110,01%
Resultado Nominal	238.700,14		1,95%			0,00%	- 238.700,14	-100,00%
Dívida Pública Consolidada	-		0,00%	-		0,00%	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-		0,00%	- 1.623.749,20		-13,27%	- 1.623.749,20	-

FONTE: Sistema de Contabilidade - EVANDRO LUIZ BERTOLDO MORO CRC/RS 076705

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	13.138.491,00	14.843.027,00	12,97%	15.300.151,31	3,08%	15.810.366,34	3,33%	16.857.969,43	6,63%	17.257.888,71	2,37%
Receitas Primárias (I)	11.507.699,00	11.760.627,00	2,20%	12.527.525,76	6,52%	13.236.652,37	5,66%	14.093.741,87	6,48%	14.987.908,83	6,34%
Despesa Total	13.138.491,00	12.075.127,00	-8,09%	13.358.291,98	10,63%	15.229.148,44	14,01%	18.567.694,22	21,92%	23.884.087,21	28,63%
Despesas Primárias (II)	12.881.742,00	13.697.034,23	6,33%	13.112.762,55	-4,27%	15.081.636,98	15,01%	18.413.472,60	22,09%	23.722.933,08	28,83%
Resultado Primário (I – II)	- 1.374.043,00	- 1.936.407,23	40,93%	- 585.236,79	-69,78%	- 1.844.984,61	215,25%	- 4.319.730,73	134,13%	- 8.735.024,25	102,21%
Resultado Nominal	- 812.531,00	238.700,14	-129,38%	161.777,80	-32,23%	- 1.844.984,61	-1240,44%	- 4.319.730,73	134,13%	- 8.735.024,25	102,21%
Dívida Pública Consolidada	137.128,76	-	-100,00%	-	0	45.709,59	0	15.236,53	-66,67%	20.315,37	33,33%
Dívida Consolidada Líquida	- 977.957,78	-	-100,00%	- 1.623.749,20	0	- 1.408.485,39	-13,26%	- 1.551.994,60	10,19%	- 1.528.076,40	-1,54%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	14.162.729,13	15.447.138,20	9,07%	15.300.151,31	-0,95%	15.206.661,86	-0,61%	15.616.164,09	2,69%	15.413.251,26	-1,30%
Receitas Primárias (I)	12.404.805,38	12.239.284,52	-1,33%	12.527.525,76	2,36%	12.731.222,82	1,63%	13.055.557,30	2,55%	13.385.901,86	2,53%
Despesa Total	14.162.729,13	12.566.584,67	-11,27%	13.358.291,98	6,30%	14.647.637,24	9,65%	17.199.945,76	17,42%	21.331.197,77	24,02%
Despesas Primárias (II)	13.885.964,73	14.254.503,52	2,65%	13.112.762,55	-8,01%	14.505.758,37	10,62%	17.057.084,54	17,59%	21.187.268,86	24,21%
Resultado Primário (I – II)	- 1.481.159,35	- 2.015.219,00	36,06%	- 585.236,79	-70,96%	- 1.774.535,55	203,22%	- 4.001.527,24	125,50%	- 7.801.367,00	94,96%
Resultado Nominal	- 875.873,53	248.415,24	-128,36%	161.777,80	-34,88%	- 1.774.535,55	-1196,90%	- 4.001.527,24	125,50%	- 7.801.367,00	94,96%
Dívida Pública Consolidada	147.818,91	-	-100,00%	-	-	43.964,21	-	14.114,16	-67,90%	18.143,93	28,55%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.054.196,49	-	-100,00%	- 1.623.749,20	-	- 1.354.703,66	-16,57%	- 1.437.670,32	6,12%	- 1.364.745,47	-5,07%

Fonte: Sistema de Contabilidade -

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2020), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2017, 2018 e 2019), bem como para os dois seguintes (2021 e 2022), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2017, 2018 e 2019 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	21.451.794,49	59,96%	9.974.975,05	46,50%	-	0,00%
Reservas	6.131.490,60	17,14%	6.131.490,60	28,58%	6.131.490,60	61,47%
Resultado Acumulado	8.192.359,67	22,90%	5.345.328,84	24,92%	3.843.484,45	38,53%
TOTAL	35.775.644,76	100,00%	21.451.794,49	100,00%	9.974.975,05	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	13.257.105,76	89,72%	11.737.950,06	88,54%	9.736.762,58	82,95%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.519.155,70	10,28%	1.519.155,70	11,46%	2.001.187,48	17,05%
TOTAL	14.776.261,46	100,00%	13.257.105,76	100,00%	11.737.950,06	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	34.708.900,25	68,66%	21.712.925,11	62,56%	9.736.762,58	44,84%
Reservas	6.131.490,60	12,13%	6.131.490,60	17,67%	6.131.490,60	28,24%
Resultado Acumulado	9.711.515,37	19,21%	6.864.484,54	19,78%	5.844.671,93	26,92%
TOTAL	50.551.906,22	100,00%	34.708.900,25	100,00%	21.712.925,11	100,00%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hhh e

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", ou "Lucros ou Prejuizos Acumulados" o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2015		-	-
RECEITAS DE CAPITAL - Alienação de Ativos (I)	169.970,46	-	-
Alienação de Bens Móveis	169.970,46	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2018	2017	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO			
Valor (III)	169.970,46	-	-

Fonte: Sistema de Contabilidade

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2018	2017	2016
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo	333.329,50	316.277,75	297.227,22
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	1.291.714,82	1.513.874,94	1.843.689,46
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	736.590,93	631.404,73	593.372,65
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	2.361.635,25	2.461.557,42	2.734.289,33
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2017	2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes	1.044.885,30	942.919,31	736.333,75
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	1.044.885,30	942.919,31	736.333,75
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.316.749,95	1.518.638,11	1.997.955,58
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2017	2016
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO	2018	2017	2016
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2017	2016
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			

Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2017	2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X – XIII)			
---	--	--	--

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2018	2017	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	736.590,93	631.404,73	593.372,65
Recursos para Formação de Reserva	1.316.749,95	1.519.155,71	2.001.187,47

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES				
EXERCÍCIO	Receitas	Despes	Resultado	Saldo Financeiro

FONTE: Sistema de Contabilidade - EVANDRO LUIZ BERTOLDO MORO - CRC/RS 076705

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2016, 2017 e 2018, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2018.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU	COTA ÚNICA	Contribuintes IPTU	5.000,00	5.191,50	5.384,62	Vide Obsevação abaixo
		-	-	-		
		-	-	-		
		-	-	-		
		-	-	-		
TOTAL			5.000,00	5.191,50	5.384,62	-

Fonte: Sistema de Contabilidade

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2020 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2021 e 2022, foram claculados a partir dos valores de 2020, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2021: 3,83%

Inflação para 2022: 3,72%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : Ivorá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2019
Aumento Permanente da Receita	(716.641,23)
Decorrente de Receitas Tributárias	2.611,01
Decorrente de Transferências Correntes	(719.252,24)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	154.108,11
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(562.533,12)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(562.533,12)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	216.013,20
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	560.254,89
Relativas a Outras Despesas Correntes	(344.241,69)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2020 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2019-2020

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2019, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2018-2019 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Município de : Ivorá
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	45.000,00	Demanda Judicial da Funcionária SUELI FILLIPIN AVOZANI	45.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	28.000,00	Demanda Judicial da Funcionária ANA PAULA SALLES	28.000,00
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	-		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	73.000,00	SUBTOTAL	73.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	73.000,00	TOTAL	73.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA:

OBJETIVO:

TIPO. (*)	Ação. Produto	Unidade de Medida	Meta Física Valor.	2019
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
			Meta Física Valor.	
TOTAL DO PROGRAMA. =====>				

(*) Tipo: P – OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária

MUNICÍPIO DE:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO IV

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

(Art. 45 da LRF)

			EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2019		
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	ATÉ EXERC ANTERIOR - 2017	NO EXERCÍCIO DE 2018	A EXECUTAR EM 2019	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
Total dos Recursos a Priorizar						-	-	-